

Comunidades virtuais e redes sociais: uma abordagem materialista sobre o modo de vinculação online¹

Edilson Cazeloto²
Universidade Paulista (UNIP)

Resumo

O artigo dedica-se a explorar uma concepção crítica e materialista histórica das redes sociais baseadas na Internet. Propõe como chave de compreensão o conceito de “modo de vinculação”, que procura apreender a constituição de vínculos sociais como fenômenos históricos, influenciados pelas condições materiais, institucionais e culturais de cada contexto. Conclui que a emergência das redes sociais telemáticas, como fenômeno sociocultural contemporâneo, pode ser interpretada no horizonte da reestruturação do capitalismo, principalmente a partir do final do século XX. O referencial teórico é composto, não exclusivamente, por autores como Karl Marx, André Gorz, Maurizio Lazzarato, Antonio Negri e Fredric Jameson.

Palavras-chave: Comunicação; Cibercultura; Vínculos

Abstract

The article is dedicated to exploring a critical and historical materialist conception of social networks based on Internet. Proposed as a key-concept the idea of "binding mode", which seeks to capture the formation of social ties as historical phenomena, influenced by material, institutional and cultural conditions. It concludes that the emergence of telematics social networks, as contemporary sociocultural phenomena, can be interpreted on the limits of restructured capitalism, especially from the late twentieth century. The theoretical framework is composed by authors such as Karl Marx, André Gorz, Maurizio Lazzarato, Antonio Negri and Fredric Jameson.

Key words: Communications; Cyberculture; Social Ties.

1. Sobre os modos de vinculação.

Embora possamos encontrar especificidades, de maneira geral é possível compreender o tema das redes sociais como associado a outro, mais antigo: o das comunidades virtuais. Em comum, ambas as noções refletem a necessidade de compreender e nomear um fenômeno do campo da sociabilidade: o surgimento e a disseminação de um *modo de vinculação* específico da cibercultura, o qual se dá pela intermediação de *aparatos comunicacionais* digitais em rede. Por trás da parafernália sempre cambiante de tecnologias e plataformas (que, muitas vezes, monopolizam o debate), acredito que essa seja a questão

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Jogos, redes sociais, mobilidade e estruturas comunicacionais urbanas”, do IV Simpósio Nacional da ABCiber.

² Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP).
edcazeloto@yahoo.com.br.

fundamental envolvida: que tipo de sociabilidade se manifesta nos relacionamentos *online*?
O que esse *modo de vinculação* diz sobre o mundo contemporâneo?

O conceito de *modo de vinculação* procura dar conta das diversas formas e meios pelos quais a sociabilidade humana se constrói, bem como da “modulação” que essas mesmas formas e meios impõem aos vínculos que possibilita. Eles denominam *os meios, estratégias, determinações estruturais e motivações subjetivas que possibilitam a construção de um grupo autoconsciente (um “nós”)* e, como tal, relacionam-se com macroestruturas sociais, econômicas, tecnológicas e culturais (simbólicas, valorativas, institucionais, imaginárias). Os vínculos, desta forma, são vistos não apenas como propensões psicológicas (emocionais), mas como relações sociais historicamente construídas, com o recurso de instituições e tecnologias as, quais, por não serem “neutras”, possibilitam e mesmo estimulam configurações específicas no relacionamento com a alteridade. O “nós” que emerge dos vínculos telemáticos possui características próprias, largamente influenciadas pelo aparato técnico-institucional inscrito no suporte dessas relações: a informática³. As redes sociais e as comunidades virtuais, assim, podem ser compreendidas como o *modo de vinculação informático*, típico da cibercultura⁴.

Decorre também desse argumento o fato de que a própria noção de comunidade, em geral, é apenas um *modo de vinculação* possível entre outros. É assim que, por exemplo, Ferdinand Tönnies (2002) pôde traçar a diferenciação clássica entre “comunidade” e “sociedade”, tendo como parâmetro o desenvolvimento do capitalismo e seus efeitos nos vínculos típicos do ambiente rural europeu. Comunidade (*Gemeinschaft*) e Sociedade (*Gesellschaft*) são dois modos de vinculação que refletem ambientes sócio-econômicos distintos.

If, confining our attention to the economic sphere, we consider the advance of the *Gesellschaft* which takes place as the final culmination of the developed *Gemeinschaft*-like folk life, there stands out the transition from general home (or household) economy to general trade economy, or the transition from the predominance of agriculture to the predominance of industry” (p.78).

³ A “informática” não se restringe ao computador, mas a todo um conjunto de instituições, atores, procedimentos, técnicas e valores que está implícito no uso social das máquinas portadoras de chip. Sinteticamente, denomino esse conjunto de “lógica da informática”: a expressão de uma racionalidade e de um regime de verificação inerentes à informática que constituem não apenas a máquina, mas o modo de inserção da tecnologia digital no social. (CAZELOTO, 2008).

⁴ Evidentemente, “típico” não significa “único”. Outros modos de vinculação competem, complementam e se mesclam às redes sociais, constituído uma teia inextrincável e indefinível a qual, no fundo, não é senão a própria sociabilidade contemporânea tal como experimentada pelos indivíduos no cotidiano de suas vidas em sociedade.

Essa abordagem tem a vantagem de evitar aquilo que, denomino “crítica essencialista” às comunidades virtuais e redes sociais, ou seja, a negação da existência de vínculos “reais” induzidos (ou possibilitados) pelos aparatos telemáticos. No lugar dessa negação, o conceito de “modo de vinculação” permite compreender as relações online a partir de toda uma configuração social que liga o tipo específico de vínculo *online* às suas condições de possibilidade no mundo contemporâneo.

A hipótese que sustentamos, portanto, é que os modos de vinculação são historicamente construídos e que refletem condições amplas, ligadas ao ambiente social e econômico. Assim, a compreensão das comunidades virtuais e redes sociais não deve ser buscada apenas no aparato tecnológico de suporte, mas no conjunto das relações sociais e, principalmente, na concretude das relações econômicas⁵ que informam os modos de vinculação. É neste sentido que a análise que busco empreender pode ser considerada uma alternativa à crítica essencialista e uma forma de compreender o contexto em que as redes sociais e comunidades virtuais se tornam modos emergentes de vinculação.

Dois trabalhos fundamentais para a compreensão das transformações nos modos de vinculação sob o pano de fundo das condições sociais e econômicas são o já citado “*Comunidade e Sociedade*”, de Ferdinand Tönnies, e “*A divisão do trabalho social*” de Émile Durkheim (1989). Por razões de espaço não farei uma interpretação crítica detalhada de ambas as obras, mas limitarei minhas considerações àquilo que considero o principal ponto em comum que elas constroem (pelo menos em vista dos objetivos desta argumentação). Tönnies e Durkheim (esse último de maneira indireta, com os conceitos de *solidariedade mecânica* e *solidariedade orgânica*) refletem sobre um momento de passagem particularmente visível na Europa a partir do século XVII e, como maior ênfase, com o desenvolvimento do industrialismo, a partir do século XVIII. O que os dois autores parecem divisar é a dissolução, promovida pelo avanço do capitalismo, da estrutura social e econômica que possibilitava formas de relacionamento não-mercantis (a *Gemeinschaft*, de Tönnies e a *Solidariedade Mecânica*, de Durkheim).

A percepção da “comunidade” como modo de vinculação marcado pela dádiva, pela solidariedade, pelo cuidado mútuo, pela homogeneidade de valores e modos de vida, em

⁵ A abordagem materialista histórica implícita nessa concepção (e neste trabalho) não se pretende exclusiva em detrimento de outras formas de análise. Trata-se apenas de uma opção teórica, fundamentada na pertinência deste aporte para elucidar aspectos do problema em questão.

suma, por um cotidiano em comum que se desdobra em um passado e futuro comuns, é marcante na obra de ambos os autores, bem como a transformação destes vínculos em algo da ordem do utilitário, do mercantil, da competição e da racionalização promovida pela força da lógica capitalista.

No entanto, ambos, Tönnies e Durkheim, tomam essa transformação como um dado e buscam mais descrevê-la do que interpretá-la ou explicá-la. Encontramos em Marx uma abordagem que permite um detalhamento maior deste processo e, conseqüentemente, elementos que possibilitem uma extrapolação conceitual para abarcar a forma como as transformações nos modos de sociabilidade chegaram até a cibercultura.

2. Gênese da noção de comunidade pelo olhar materialista

“Formações econômicas pré-capitalistas” (*Formen die der Kapitalistischen vorhergehen*) é o título dado por Marx (2011) a uma série de notas e observações, integrantes de manuscritos que foram publicados após a sua morte. O texto, escrito entre 1857 e 1858 é resultado de uma intensa e extensa pesquisa que Marx realizou por mais de quinze anos, sobre os modos de organização da produção que precederam o capitalismo e, de acordo com o historiador Eric Hobsbawm (que prefaciou a primeira tradução para o inglês apenas em 1964), o texto

“não somente nos mostra Marx no máximo de seu brilhantismo e profundidade: é também, sob vários aspectos, sua mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do *Prefácio da Crítica da Economia Política*, escrito logo após e que apresenta o materialismo histórico em sua forma mais rica”. (ibidem, p. 14)

Max inicia sua abordagem afirmando que o trabalho livre é uma das condições históricas para a existência do capitalismo, bem como a separação deste trabalho livre e das condições objetivas da produção. A forma do trabalho (e o surgimento do trabalho livre) será, portanto, um dos elementos que constituirá os critérios para demarcar os modos de produção anteriores ao capitalismo, ou seja, é só a partir da generalização do *trabalhador livre desprovido de seus meios de produção* que se torna possível falar em “modo capitalista de produção”. Aos sistemas anteriores sempre faltou um ou ambos os elementos.

Habermas (1983), ao comentar a ênfase que Marx deu à categoria do trabalho como elemento fundamental da concepção materialista da história, sublinha o fato de que esta categoria deve ser entendida abstratamente como a capacidade que o homem adquiriu de

criar as condições concretas para sua própria reprodução como espécie. O trabalho, no entanto, já pressupõe a necessidade de organização e cooperação para a “produção” (estratégias de obtenção dos recursos necessários à reprodução dos indivíduos e da espécie) e para a distribuição do produto do trabalho⁶. No caso específico da humanidade, essa forma de conceber o trabalho como característica ontológica fundamental só é possível quando os esforços coletivos dos homínídeos para empreender a caça soma-se ao desenvolvimento da estrutura familiar: “Podemos falar de reprodução da vida humana, a que se chegou com o *homo sapiens*, somente quando a economia da caça é complementada por uma estrutura social familiar (ibidem, p. 116)”. Assim, “O trabalho socialmente organizado é a forma específica pela qual os homens, diferentemente dos animais, reproduzem suas vidas”. (ibidem, p. 112).

Assim, o “trabalho socialmente organizado” implica necessariamente a questão da existência de um modo de vinculação o qual, na aurora do *homo sapiens*, girava em torno da estrutura familiar⁷.

Marx, então, considera o trabalho como categoria fundamental, uma vez que cria as condições de reprodução do homem. O ser humano, no entanto, tem que entrar em relação com outros seres humanos para organizar o trabalho e a divisão dos frutos do trabalho. Deste ponto de vista, o trabalho só existe como categoria central na medida em que é organizado e ao mesmo tempo, organiza os homens na tarefa de sua reprodução. Daí a ligação histórica e ontológica entre trabalho e sociedade (no sentido mais amplo do termo): o trabalho humano de produção das condições objetivas da existência só existe organizado em uma forma social.

O modo como os homens organizam o trabalho socialmente, ainda de acordo com Marx, relaciona-se com o modo como organizam a noção de propriedade dos meios de produção, ou seja, dos recursos utilizados no próprio processo de reprodução das condições objetivas de existência. Nas comunidades pré-capitalistas, a noção de “meios de produção” estava praticamente restrita à terra (nas sociedades predominantemente rurais),

⁶ “Um sistema que regule socialmente o trabalho e a repartição dos produtos pode ser chamado de economia”. (ibidem, p. 113).

⁷ Tönnies (*opus cit.*) também deriva da família o princípio da comunidade. Em sua concepção, são as normas e os valores do núcleo familiar (principalmente da relação “natural” entre mãe e filhos) que, ampliados, darão origem ao vínculo comunitário.

às ferramentas dos artesãos (nas sociedades urbanas) e aos escravos (considerados não como trabalhadores, mas como meios de produção de seus proprietários).

Em relação à propriedade da terra, Marx considerava 4 possibilidades, que deram origem à sua classificação das formações pré-capitalistas⁸. Em todos os casos, a propriedade só existe como categoria social e reflete, como tal, a forma como os homens organizam coletivamente os meios para a produção (dentre os quais a terra é o mais primário e fundamental). Por isso, Marx afirma que

“A propriedade, portanto, significa pertencer a uma tribo (comunidade) (ter sua existência subjetiva/objetiva dentro dela) e, por meio do relacionamento desta comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, com a condição externa primária de produção (...)” (p. 86).

A comunidade, portanto, é para Marx “a primeira grande força produtiva”(ibidem, p. 89) e implica relações de produção próprias. A característica da comunidade (que contrasta com as sociedades capitalistas) é o fato de que nelas, os seres humanos organizam-se para a produção de valores de uso, ou seja, para a obtenção de elementos (extraídos do ambiente natural) diretamente necessários à sua própria reprodução cotidiana. Essa organização assume a forma da propriedade comum, com as variantes que se constituíram historicamente e que assinalamos acima.

A partir de Marx, podemos considerar que o *modo de vinculação* das formações econômicas pré-capitalistas pressupunha alguma forma de propriedade comum dos meios de reprodução da vida cotidiana e era, centralmente, orientado para essa reprodução.

3. Os vínculos sob o capital

Na análise marxista, o desenvolvimento das forças produtivas contidas nos modos de produção pré-capitalistas termina por entrar em contradição com as relações de produção então vigentes.

De um lado, as relações que os homens estabelecem entre si, como resultado da especialização do trabalho – especialmente a *troca* – se tornam cada vez mais claras e sofisticadas, até que a invenção do dinheiro, e com ele, da produção de mercadorias e da troca, proporciona uma base para procedimentos anteriormente inimagináveis, inclusive a acumulação de capital. (HOBSBAWM in MARX, 2011).

O domínio crescente da natureza leva à emancipação do homem daquilo que Marx denomina “relações naturais” ou “espontâneas” (*naturwüchsig*), o que significa, por outro

⁸ Infelizmente, não há espaço aqui para comentar as categorias de Marx. Para detalhes, veja-se Marx (2001).

lado, uma emancipação diante dos imperativos do modo de vinculação comunitário. A comunidade deixa de ser a “grande força produtiva” necessária à vida cotidiana e dá lugar ao mercado de trocas. Ainda seguindo Marx, a substituição da comunidade pelo mercado é um processo de *individualização*:

“O homem só é individualizado (...) mediante o processo histórico. Originalmente, ele se mostra como um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho – embora, de modo algum, como um animal “político” no sentido político do termo. A troca, em si, é um agente principal desta individualização. Torna supérfluo esse gregarismo e o dissolve” (ibidem, p. 90).

Deriva daí a percepção, compartilhada por Tönnies e Durkheim, que a “comunidade” era constituída por indivíduos “semelhantes”, rigidamente constituídos a partir de normas sociais fechadas e que gozavam de uma relativa estabilidade dos padrões de relacionamento, em comparação com o contratualismo, a racionalização e o individualismo predominantes sob o capital. A propriedade comum e a produção para a autorreprodução das condições objetivas da existência podem ser consideradas bases para vínculos fechados, estáveis e, de certa forma, concretos (baseados na experiência cotidiana). O modo de vinculação comunitário “pressupõe os sujeitos numa *unidade* objetiva específica com as condições de sua produção” (ibidem, p.91, destaque meu).

A comunidade, como modo de vinculação das sociedades pré-capitalistas, é, fundamentalmente, “centrífuga”: as energias dispendidas no processo produtivo são dirigidas para o atendimento de suas necessidades vitais. O capitalismo, no entanto, por ser baseado na produção de valores de troca, que só se realizam mediante o processo de circulação expandida, exige uma forma produtiva e um modo de vinculação “centrípeto”: suas energias são canalizadas para fora da comunidade, para as relações externas.

A “sociedade” implica a criação do “trabalhador livre”, separado dos meios de produção. Mas também implica que os parâmetros para a reprodução da vida cotidiana tornam-se externamente referenciados, a partir de uma abstração: o valor de troca. É o valor de troca que determina os objetivos e os meios de produção, visando maximizar o lucro e, portanto, acumular capital. O “trabalhador livre” é aquele que não produz mais para sua reprodução de sua comunidade, mas para o mercado e se vincula com os outros seres humanos a partir dos imperativos desse modo de produção (racionalismo, competição, formalização etc).

Ainda nesse momento vige a perspectiva de que os vínculos sociais organizam-se em torno dos *modelos de propriedade* ou, no caso do capitalismo, da *ausência de*

propriedade: a separação entre o trabalhador individual e seus meios de produção rompe com o modo de vinculação “comunitário” e estabelece novos parâmetros de sociabilidade, apreendidos sob a fórmula da “sociedade”. A sociedade pode ser vista, portanto, como o *modo de vinculação típico do capitalismo, originado da concentração da propriedade dos meios de reprodução da existência cotidiana*.

4. De volta às comunidades virtuais

Seria tentador, a essa altura da argumentação, endossar as críticas essencialistas e concluir que, dadas as características apontados do modo de vinculação comunitário, o que ocorre sob os auspícios das redes telemáticas simplesmente não é uma “comunidade”. De fato não o é: o termo “comunidade” aplicado a esse contexto não pode ser senão uma metáfora, uma alusão ao modo de vinculação que buscamos compreender. O que não quer dizer que não haja vínculo de espécie alguma. A crítica essencialista resvala em puro nominalismo: o termo “comunidade” pode ser francamente exagerado⁹ para descrever a rede de trocas simbólicas que ocorre na Internet, mas desqualificar o termo não implica desconstruir o fenômeno.

O recurso à análise marxista das formações econômicas pré-capitalistas foi utilizado não com intuito de criar um parâmetro metodologicamente “objetivo” para avaliar a “verdade” das redes sociais, mas apenas para construir elementos que possibilitem uma interpretação dos processos históricos de transformação que tornaram possíveis esse modo específico de vinculação *online*. E o que temos até o momento?

Os modos de vinculação, tal como foram considerados, surgem como formas de relacionamento social que visam a constituição autoconsciente de um grupo, dado um conjunto de variáveis historicamente determinadas. Uma das formas, portanto, de analisar um modo de vinculação específico é perguntar-se sobre o macroambiente no qual surgem os vínculos. Daí o recurso à análise marxista como uma forma de captar, no tempo, as transformações deste macroambiente e suas repercussões no modo de vinculação dominante. Uma “comunidade” no Orkut, constitui-se em um “nós” autoconsciente (uma

⁹ Certamente seria pertinente uma pesquisa em comunicação que tentasse compreender as causas e os mecanismos pelos quais opera essa “inflação” da noção de comunidade que na rede. Porém, essa não é a intenção deste texto.

vez que a vinculação e permanência é voluntária) e, portanto, responde a um modo de vinculação característico desta relação.

A expansão do modo capitalista de produção marcou a transição entre dois modos de vinculação distintos que, no registro de Tönnies, correspondem às noções de “comunidade” e “sociedade”. Porém, para uma compreensão mais acurada do fenômeno específico das redes sociais, não é possível considerar “o capitalismo” como um monolito uniforme: é necessário distinguir momentos específicos no próprio *processo histórico* de suas transformações.

De maneira geral, devido a transformações nos processos de trabalho e produção de valor, concordo¹⁰ com uma grande distinção básica entre uma fase industrial e outra, dita pós-industrial, que marcaria o capitalismo desde, pelo menos, a segunda metade do século XX¹¹.

É no contexto do pós-industrialismo (marcado pelos processos de midiatização e informatização generalizada das sociedades industriais) que o fenômeno das redes sociais cobra sentido. Não é o caso de descrever em minúcias as características desta fase do modo de produção. Ressaltarei apenas algumas considerações que estão diretamente relacionadas aos objetivos deste texto, para, então, construir uma interpretação historicamente viável do modo de vinculação *online*.

4.1. O capitalismo contemporâneo

É muito arriscado tentar construir uma fórmula que dê conta da *essência*¹² do capitalismo. De qualquer forma, creio ser consensual a percepção de que esse modo de produção pode ser compreendido, em linhas gerais, como uma forma de organização da produção e das relações sociais na qual esteja implicada: a) a mercadoria como forma do trabalho humano; e (consequentemente) b) o valor de troca como finalidade da produção . Resumindo,

¹⁰ Não é o caso de retomar, aqui, as razões dessa concordância. Para uma argumentação mais completa, veja-se Cazaloto (2008a).

¹¹ Seria inútil, aqui, discutir a abundante terminologia com a qual se tenta circunscrever conceitualmente essa nova fase do capitalismo: hipercapitalismo, capitalismo tardio, capitalismo desorganizado, estes e outros termos que proliferam nas análises contemporâneas são apenas indícios de que mudanças ocorreram e estão ocorrendo. Deixemos que a história nos diga que termos prevalecerão e quais serão esquecidos.

¹² Por “essência” quero significar um conjunto de características que seja pertinente a todas as formações capitalistas, independentemente de sua existência concreta no tempo e no espaço.

“o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Ao mesmo tempo, mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor.” (IANNI, 1982, p. 18).

Dizer de uma nova fase no capitalismo implica que, ainda que mantendo o fundamental dessas características (sem o que não se pode falar em capitalismo), elas encontram-se de tal forma transformadas que é possível inferir e perceber novas dinâmicas no trabalho e na produção de valor. É o que ocorre com a noção de “pós-industrialismo”;

Segundo Kumar (1997, p. 14), a noção de “pós-industrialismo” teve seu apogeu na década de 1970 e ocorreu graças a transformações tecnológicas, sociais e políticas. Para Kumar (1997, p. 24) “muda a própria fonte da criação de riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento”.

A produção de valor não se encontra mais (prioritariamente) na manipulação de matérias-primas, mas em ideias e percepções que são associadas à mercadoria, principalmente pelas técnicas de comunicação empresarial e de *marketing*. Com isso, nas empresas de ponta pós-industriais, o trabalhador direto é, cada vez mais, um *prestador de serviços*.

Tanto o operador de uma refinaria, de uma máquina de laminar ou de uma fábrica de massas alimentícias, ele não transforma, nem toca, o produto. Pior ainda: ele supervisiona somente a usinagem de um semiproduto. O trabalhador manual está a serviço da máquina, prevenindo paradas por falta de insumos, realizando a manutenção de suas partes, cuidando para que as falhas não impeçam que as máquinas “façam o seu trabalho”. (GORZ, 2003a, p. 83-84),

As novas relações entre o trabalhador direto e a produção de mercadorias alteraram profundamente o sentido do que é ser um trabalhador (ARONOWITZ, 2005, p. 92) e, na expressão de Baudrillard (1996, p. 27), o trabalho se torna apenas “prestação de tempo”. É como se a indústria passasse a se subordinar a uma lógica de serviços na qual o produto em si perde espaço e importância para outras formas de produção de valor (como a propaganda, o *marketing*, o *design*, a comunicação) (BRAGA, 1995, p. 110).

Assim, a forma de trabalho mais relevante passa a ser o *trabalho imaterial*. (GORZ, 2003; LAZZARATO; NEGRI, 2001). O que significa o trabalho imaterial?

Em outra ocasião (CAZELOTO, 2008), conceituei o trabalho imaterial como *a forma de relacionamento no processo produtivo capaz de realizar ou potencializar a conversão entre capital simbólico e capital econômico*. Isso significa que é o mundo

vivido do trabalhador, sua subjetividade e capacidade de comunicação, suas ideias e percepções, enfim, seu capital simbólico¹³, que é posto como meio de produção e acumulação. Como afirma Rifkin (2001, p. 137-151), a “experiência vivida” é a principal *commodity* do capitalismo na era pós-moderna.

Isso implica concordar com a tese central de Jameson para quem a cultura é a lógica do capitalismo tardio. Cultura e produção se tornam equivalentes graças às técnicas de comunicação empresariais, as quais, mercantilizam a cultura e culturalizam a mercadoria. É o que permite a Baudrillard afirmar que “mercadorias e mensagens culminam no mesmo estatuto de signos” (1996, p. 157).

A reprodução do capitalismo, em sua fase contemporânea, está intimamente relacionada ao universo da cultura e da comunicação. Isso porque a cultura, é um dos elementos necessários à reprodução do próprio trabalhador e das relações de produção. Como diz Jameson (2001, p. 26): “Por produção de cultura, entendemos produção de vida cotidiana – e, sem isso, qualquer sistema econômico dificilmente poderá continuar a se expandir e a se estabelecer”.

5. Modos de produção, modos de vinculação

A passagem, analisada anteriormente, entre as formações econômicas pré-capitalistas e o capitalismo propriamente dito revela que há uma relação de recursividade entre modos de produção e modos de vinculação. Os vínculos são gerados a partir da dinâmica de produção e reprodução das condições de existência, ao mesmo tempo em que as condições de existência impõem os parâmetros nos quais os vínculos tendem a se construir e manter. Ao modo de vinculação pré-capitalista, denominamos “comunidade”, nas variantes descritas pela análise de Marx, enquanto ao modo de vinculação *genérico* do capitalismo, denominamos “sociedade”, seguindo a interpretação que fizemos de Tönnies. Genérico, porque podemos encontrar nuances e diferenças *no interior do próprio capitalismo*, produzindo, assim, variações na “sociedade”. É como proponho a compreensão do modo de vinculação *online*, que são as comunidades virtuais e as redes sociais: como variantes de sociabilidade construídas historicamente pelas transformações

¹³ “O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de 'capital humano', 'capital conhecimento' ou 'capital inteligência’”. (GORZ, 2003, p. 11).

assinaladas no capitalismo. O que isso nos diz a respeito das comunidades virtuais e redes sociais? Para responder a essa questão, é preciso retomar algumas considerações anteriores.

Estabelecemos que os vínculos respondem a formas de organização do social que correspondem à noção de propriedade (a propriedade comunal e suas variantes históricas, no caso das formações pré-capitalistas, ou a propriedade concentrada, no capitalismo). O modo como se dá a propriedade é que cria a necessidade de certas configurações da sociabilidade para possibilitar a produção e reprodução das condições de existência. Vimos, no entanto, que a noção de “condições de existência” implica não apenas a subsistência biológica do organismo humano, mas a sua inserção na cultura e que essa dimensão cultural aprofunda-se na presente fase do capitalismo (JAMESON, 2002), a qual denominamos “pós-industrialismo”.

Alguém poderá argumentar que essa condição já estava presente até mesmo nos modos de produção mais arcaicos. Não tenho a intenção de debater esse tema, mas quero frisar que a dissolução da comunidade no capitalismo implicou também a corrosão das culturas locais e que, de qualquer forma, a cultura a que refiro-me no momento contemporâneo implica uma organização não-local dos vínculos¹⁴, ou um modo de vinculação não-local, baseado na abstração, como é a “sociedade”.

Pensar o modo de vinculação *online* é, portanto, pensar *a característica da propriedade dos meios de reprodução da existência na cibercultura, como meios de reprodução da cultura*.

A primeira característica que surge é que, na relação entre os seres humanos e o computador, predomina um tipo específico de “posse” (e não de propriedade privada), que será necessário esclarecer.

O computador, considerado como um objeto (uma máquina) é, fundamentalmente¹⁵, uma propriedade privada. Mas, o seu uso concreto implica o relacionamento com toda uma cadeia produtiva a qual, muitas vezes, opera com um regime distinto de propriedade.

¹⁴ Daí a relação entre vínculos, meios de comunicação e capitalismo. As tendências centrípetas do modo de produção implicam a expansão geográfica e temporal dos vínculos, que só podem existir na presença de meios de comunicação ou, pelo menos, têm a sua eficiência demarcada pela capacidade de penetração destes meios. Para uma análise mais detalhada desta relação veja-se Cazaloto (2011).

¹⁵ O uso coletivo de computadores pessoais, tais como ocorre nos programas de inclusão digital não altera sua natureza como objeto concebido como mercadoria para a posse privada.

É o caso, por exemplo, de parte significativa dos *softwares* disponíveis no mercado, que se baseiam em uma licença de uso. Mesmo que os *softwares* tenham uma licença livre (como o GNU/LINUX) ou sejam simplesmente pirateados, ainda assim há limites sobre o que se pode fazer com eles e esses limites estão indelevelmente inscritos nos códigos de programação. Daí a fórmula utilizada pelo advogado Lawrence Lessig (2000) sobre as determinações de uso implícita nos programas: “o código é a lei”.

De certa forma, ainda que um computador pertença a um indivíduo, ele não terá controle absoluto sobre seu uso, como acontecia com os artesãos medievais e suas ferramentas. Uma parte deste controle permanece com as indústrias de *software* e *hardware*, bem como com os provedores de infraestrutura para o acesso à Internet.

Mesmo que os computadores sejam usados como máquinas de acesso coletivo, rodando apenas com *softwares* não proprietários em conexões mantidas pelo Estado, a Internet ainda seria uma propriedade privada. Isso porque a maior parte dos sites “pertencem” ou são posse de alguém, que controla os direitos sobre o que é publicado e o que pode ser visto. Ainda que sejam totalmente abertos, isso ocorre por uma simples concessão do proprietário do domínio, que tem o poder de revogá-la a qualquer momento, simplesmente retirando a página do ciberespaço. Assim, considero que a Internet não pode ser vista apenas como um “espaço público”, mas como uma rede de espaços privados interligados.

No caso das plataformas de relacionamento online isso é ainda mais claro. Há uma empresa privada que provê toda a infraestrutura (do acesso à manutenção dos dados) e que, dentro da lógica do capitalismo, tem o seu objetivo traçado pelas estratégias de acumulação de capital. Para ficarmos em apenas um exemplo, vale citar uma notícia sobre o Facebook (JOVANELLI, 2010):

O Facebook já é a terceira empresa de internet em valor de mercado. A rede social deixou para trás o site de leilões virtuais eBay. Segundo noticiou a Bloomberg, atribuindo a análise a uma fonte junto à corretora SecondMarket, a empresa de Mark Zuckerberg tem valor de mercado estimado em US\$ 41 bilhões, contra 39,3 bilhões de dólares do eBay. Com isso, o Facebook ficaria abaixo apenas da Amazon, avaliada em US\$ 74,4 bilhões, e do Google, empresa líder de mercado entre as companhias de internet, com 192,2 bilhões de dólares. A rede social reúne mais de 500 milhões de usuários no mundo. **Cerca de 250 milhões de pessoas acessam o site diariamente.**

O Facebook (e todos as “redes sociais” deste tipo) não é, portanto, uma “propriedade comunal”, mas uma empresa privada que permite o acesso de pessoas a

seus serviços, ainda que, aparentemente, ninguém tenha que pagar (em dinheiro) para ter esse acesso. Portanto, ninguém é “proprietário” de seu perfil, nem das informações postadas. A relação é caracterizada como uma “posse”, ou seja, o uso da rede é limitado e deve seguir as normas estabelecidas pelo proprietário em contrato específico. No caso do Facebook, o contrato está expresso no *Statement of Rights and Responsibilities*¹⁶. Por isso, o indivíduo que concorda com os termos do contrato e o subscreve (mesmo sem tê-lo lido) é denominado *usuário*. Essa é uma noção-chave na forma de conceber o regime de propriedade e os modo de vinculação das comunidades virtuais e redes sociais: *usuários não são proprietários*.

Se usuários não são proprietários, que tipo de relação há entre eles e a empresa privada que detém a infraestrutura das redes sociais?

A nota citada ainda contém uma informação importante nesse sentido: “A rede social reúne mais de 500 milhões de usuários no mundo. **Cerca de 250 milhões de pessoas acessam o site diariamente.**” Na verdade, essa é a fonte do capital das redes sociais: a quantidade de usuários registrados. O valor comercial, sabe-se, está diretamente relacionado ao número de usuários e de acessos que uma determinada plataforma consegue demonstrar.

Aqui, aparece mais um elemento: o “usuário”, ao aderir a um contrato de prestação de serviço por parte da empresa que controla a plataforma torna-se um “cliente”, reproduzindo a relação clássica entre fornecedor e mercado do capitalismo. Mas essa relação possui tipicidades que a afastam de uma simples relação comercial. O que o “usuário” está contratando? Se ele não paga em dinheiro pelo serviço, o que a empresa está “vendendo”?

A primeira pergunta tem uma resposta clara: o usuário está comprando o acesso a outros usuários. Ele adere ao *contrato* pela promessa de *contato*. Em outros termos, através da intermediação da empresa, ele busca produzir as condições de sua existência no âmbito privilegiado da cultura a partir da troca simbólica com o “outro”. A existência desses múltiplos “outros” conectados pela empresa, no entanto, coagula-se em padrões e terminam por constituir-se em indefinidos “nós”, ou seja, condensa-se em

¹⁶ <http://www.facebook.com/terms.php?ref=pf>

“comunidades”. Portanto, o grande produto ou serviço oferecido pela empresa é *a própria vinculação*.

As redes sociais comercializam o vínculo, produzindo valor econômico a partir da “livre” troca simbólica de seus usuários. Mas, como ocorre essa construção de valor que se traduz em capital, uma vez que não há a cobrança de uma taxa ou mensalidade?

O valor, na teoria marxista, é produzido pelo trabalho. Mas o trabalho, sob o capitalismo contemporâneo, assume a forma de “trabalho imaterial”, com as características que desenvolvemos anteriormente¹⁷. Ocorre, portanto, que o valor (traduzido em termos monetários pelo valor das ações ou pelo “valor de mercado”) da empresa proprietária da infraestrutura que possibilita o vínculo não é dado apenas pelo número de “usuários” que possui, mas pela *ação* destes usuários que, ao utilizarem a plataforma como “posse”, movimentam a troca simbólica, atraem mais usuários e produzem mais vínculos. Em outros termos, realizam *trabalho imaterial* ao transformarem-se a si mesmos em motivo para a construção de vínculos a partir da infraestrutura de uma empresa privada. A troca de mensagens que, do ponto de vista do usuário, aparece como uma “dádiva” (um serviço gratuito), do ponto de vista da empresa é uma forma de produzir e acumular valor. O que aparece para usuário como um valor de uso é, para o proprietário dos meios simbólicos de reprodução da existência, valor de troca. Assim, pela noção de trabalho imaterial, o usuário revela sua natureza tripla: é, ao mesmo tempo e no mesmo ato, produtor, consumidor e mercadoria. Essa é a natureza do modo de vinculação online.

Referências Bibliográficas

ARONOWITZ, Stanley. **Just around the corner: the paradox of the jobless recovery**.

Philadelphia: Temple University, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo, Loyola, 1996.

BRAGA, Ruy. “Luta de classes, Reestruturação produtiva e hegemonia”. In: KATZ,

Claudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

¹⁷ Detalhes deste processo podem ser encontrados em Prado e Cazeloto (2006).

- CAZELOTO, Edilson. “A monocultura informática”. **Revista Significação**. N. 29. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. **Inclusão Digital**: uma visão crítica. São Paulo: SENAC, 2008a.
- _____. **Vínculos abstratos**: a construção de um imaginário capitalista. XX Encontro anual da COMPÓS. Porto Alegre: 2011.
- DURKHEIM,émile. **A divisão do trabalho social**. Vol. 1. Lisboa: Presença, 1989.
- GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo, Annablume, 2004.
- _____. **L’immatériel**: connaissance, valeur et capital. Paris: Galilée, 2003.
- _____. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2003a.
- HABERMAS, J.. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- IANNI, O.. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. “Notas sobre a globalização como questão filosófica”. In: PRADO, José Luiz Aidar; SOVIK, Liv. (org.) **Lugar global e lugar nenhum**: ensaios sobre democracia e globalização. São Paulo: Hacker, 2001.
- JOVANELLI, Rogério. “Facebook já é o terceiro em valor de mercado”. **Info Online**. São Paulo: Abril, 2010. Disponível em <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/facebook-ja-e-terceiro-em-valor-de-mercado-17112010-7.shl>, Último acesso em: 25/mai/2011.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSIG, Lawrence. **Code and other laws of cyberspace**. New York : Basic books, 2000.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PRADO, José Luiz Aidar; CAZELOTO, Edilson. “Valor e comunicação no capitalismo” globalizado. **E-Compós**. Vol. 6. 2006. online. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/93/93>. Último acesso em 25/mai/2011.

RIFKIN, J.. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Society*. New York: Dover, 2002.